

MEMORANDO PARA O PODER LOCAL

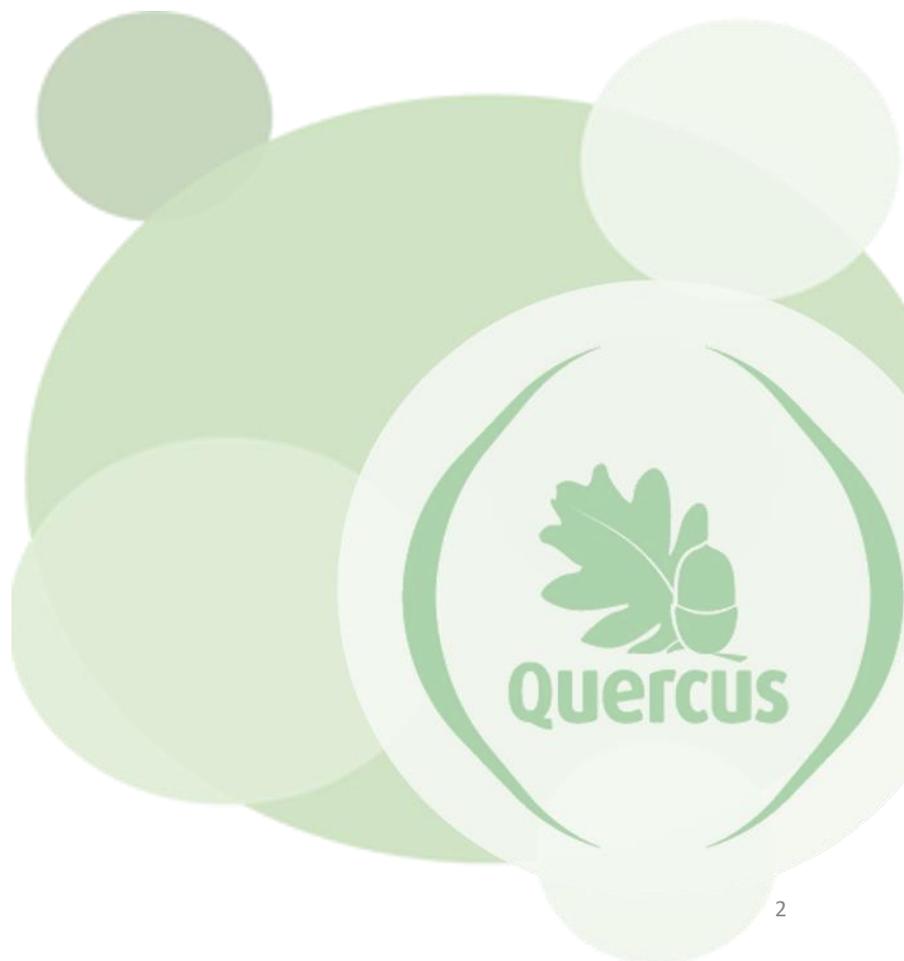


Temas e Medidas propostas pela
Quercus ANCN

2021

MEMORANDO PARA O PODER LOCAL

Sistematizam-se no presente memorando os principais problemas identificados, enquadramento e medidas propostas pela Quercus – ANCN relativamente a diversas temáticas onde o poder local pode ser determinante na mudança e melhoria de políticas públicas pela sua responsabilidade direta ou pela sua capacidade de influenciar políticas públicas ao nível nacional com repercussões nas competências do poder local e na sua concretização.





Gestão do arvoredo urbano e uso de pesticidas em áreas urbanas

Identificação dos problemas

1. Gestão inadequada do arvoredo urbano

Tem havido vários erros técnicos que se perpetuam tendo como consequência a degradação do estado fitossanitário do arvoredo urbano. Exemplos disso mesmo são: Falta de correta seleção das espécies e exemplares a plantar, incluindo as suas dimensões, origem e adequação edafoclimática; área volumétrica necessária às copas e sistemas radiculares; excesso de áreas impermeabilizadas; mobilizações e compactações de solos; podas radicais desnecessárias; isolamento florístico e, por fim, de extrema importância - o uso de herbicidas/pesticidas.

Os exemplos descritos traduzem-se em mortalidade das plantas, total ou parcial, o que conduz à substituição das mesmas e por vezes até à ocorrência de danos por queda de árvores ou de ramos, com custos elevados para as autarquias.

2. Uso intensivo de herbicidas

A campanha da Quercus “Autarquias sem Glifosato/Herbicidas tem incentivado várias autarquias ao abandono daqueles produtos e ao uso de alternativas não nefastas para o ambiente e para a espécie humana. Existem, porém, muitas outras situações em que as autarquias persistem no uso acentuado de herbicidas baseadas em Glifosato ou outros, com aplicações várias vezes por ano. Quando questionados, estes autarcas assumem que só irão abandonar o usos destes agroquímicos quando for proibido.

A proteção do ambiente e da saúde pública é incompatível com a aplicação de herbicidas, e outros pesticidas, sendo injustificável as aplicações generalizadas, que penalizam ainda mais a proteção destes valores, como a utilização desproporcionada em calçadas mesmo na ausência de ervas, ou a aplicação generalizada nas bermas de estrada, e muitas vezes na Primavera e Verão, ou seja, no final do período de desenvolvimento vegetativo, e em plena floração, para além do efeito inestético. Esta situação configura também mais um desperdício de dinheiro e outros recursos às autarquias.

3. Destruição de vegetação natural para conversão em áreas ajardinadas de conceção assética e de alta manutenção

Com a instalação de relvados e aquisição de espécies ornamentais, na grande maioria das vezes exóticas, para plantação.



Gestão do arvoredo urbano e uso de pesticidas em áreas urbanas

4. Destruição de linhas de água

Pelas mais diversas razões desde implantação de empreendimentos a ações de manutenção ditas de “limpeza”. Estas ações de “limpeza” são baseadas numa conceção desajustada em que as linhas de água são consideradas como meras valas de escoamento de água para prevenção de inundações, o que condiciona o orçamento das autarquias em ações muitas vezes desnecessária ou contraproducentes de remoção sistemática da vegetação espontânea ripícola.

5. Abate de árvores sem justificação aceitável e desmatação indiscriminada

Um pouco por todo o país assiste-se a abate de árvores em contexto urbano que têm desencadeado contestação da população. Estas ações acontecem muitas vezes sem justificação aceitável, sendo frequentemente apontado o mau estado fitossanitário da árvore como motivo para o seu abate. Posteriormente, ao invés de haver a substituição das árvores abatidas, verifica-se construção de infraestruturas, como ciclovias, a impermeabilização dos solos, aumentando assim a degradação do ambiente urbano.

Verifica-se ainda que após os grandes incêndios florestais de 2017, houve comunicação inadequada do governo e uma interpretação abusiva da lei que potenciou o comportamento arboricida e desmatação indiscriminada, criando-se semidesertos junto de aldeias e habitações. Para além disso, aumentou o uso de herbicidas, revertendo a dinâmica de abandono destas práticas pelas autarquias locais.

Para além de um desperdício de recursos das autarquias e de recursos naturais, esta prática está a empobrecer e a aumentar a vulnerabilidade do nosso país às alterações climáticas e aos seus fenómenos associados, nomeadamente o de fogos incontroláveis, seguindo por isso na orientação oposta ao problema que pretende resolver/mitigar. A água planta-se!

6. Formação contínua dos colaboradores das autarquias que não se tem traduzido numa mudança significativa nas práticas

Uma das razões para que se perpetuam as más práticas será a falta de qualificação e formação académica em Portugal em arboricultura e apesar de haver empresas especializadas com técnicos que foram adquirindo competências pela prática profissional, esses conhecimentos não estão a ser refletidos no trabalho e/ou na formação das autarquias.

Gestão do arvoredo urbano e uso de pesticidas em áreas urbanas

Medidas propostas pela Quercus

1. Regulamentação da gestão do arvoredo urbano

- Regulamentação da gestão do arvoredo urbano com diretrizes práticas ao nível nacional, conforme solicitada pela petição: [Pela regulamentação da gestão do arvoredo urbano](#) e que existe em vários países, como a definição de dimensão da superfície não impermeabilizada em função do diâmetro da árvore, instruções de poda. Na ausência de uma regulamentação nacional, as autarquias podem tomar a iniciativa de aprovar regulamentação municipal, como por exemplo o município de Lousada cujo regulamento está disponível aqui: https://www.cmlousada.pt/cmlousada/uploads/writer_file/document/605/regulamento_arvoredo_final.pdf. (De referir que este regulamento restringe-se a normas procedimentais, sendo omissa nas diretrizes práticas a serem aplicadas na gestão do arvoredo propriamente dita).

2. Abandono do uso de herbicidas (e outros pesticidas)

Esta decisão tem os seguintes pressupostos facilitadores:

- As autarquias que já abandonaram os herbicidas provam que existem alternativas viáveis.
- A informação e o trabalho desenvolvido no âmbito da campanha Autarquias sem Glifosato/Herbicidas e da campanha Europeia "[Localidades sem Pesticidas](#)" (Pesticide Free Towns)
- O exemplo de regiões e países europeus ao abrigo da mesma diretiva sobre Uso Sustentável de Pesticidas (a Diretiva 2009/128/CE) que já aprovaram legislação mais restritiva ao uso de pesticidas em áreas urbanas, como proibição total nas 3 regiões da Bélgica – Flandres, Valónia e Bruxelas Capital; Alemanha; Dinamarca e Luxemburgo.
- "[Guia para Cidades Amigas dos Polinizadores: como é que os responsáveis pelo planeamento e gestão do território podem criar ambientes urbanos favoráveis aos polinizadores?](#)", traduzido recentemente pela Quercus.



Gestão do arvoredo urbano e uso de pesticidas em áreas urbanas

3. Implementar estratégias locais para os polinizadores - Cidades Amigas dos Polinizadores

Vários estudos mostram que as zonas urbanas podem constituir um espaço importante para os polinizadores, cujas populações selvagens encontram-se em declínio acentuado, exigindo ações urgentes de conservação, pelo que alguns países já definiram planos de ação a nível nacional para a promoção e proteção dos polinizadores em meio urbano, como por exemplo a Irlanda - All Ireland Poillinator Plan (<https://pollinators.ie/wp-content/uploads/2019/06/A5-Examiner-brochure-Low-Res.pdf>)

A União Europeia lançou várias iniciativas promotoras de ações coordenadas para os Polinizadores, uma delas o “Guia para Cidades Amigas dos Polinizadores: como é que os responsáveis pelo planeamento e gestão do território podem criar ambientes urbanos favoráveis aos polinizadores?”, já referido acima, e que em breve haverá um segundo guia traduzido, mais direcionado para os cidadãos.

4. Potenciar ações de renaturalização e recuperação de linhas de água

Estimulando o envolvimento da população, por exemplo: adoção de troços de rio, e ações de manutenção criteriosas e ponderadas ajustadas às exigências destes ecossistemas prioritários importantes. Estas medidas são exequíveis mesmo sem recurso a financiamentos específicos, bastando em muitos casos os recursos já existentes.

5. Ampliar a criação de infraestruturas verdes urbanas

Criação de corredores ecológicos em espaço urbano, conversão de espaços verdes com conceitos multifuncionais (ornamental, ecológico, alimentar, social, terapêutico) e mais produtivos, de baixa manutenção/ecológica e estimular a participação e envolvimento da população; reduzir área pavimentada/impermeabilizada, sempre que possível, dando mais espaços à Natureza; criação de matas municipais para promoção da flora autóctone e proteção do solo.

6. Ampliar a criação de infraestruturas verdes urbanas

Numa visão de restauro ecológico, com preservação e adensamento das espécies mais resilientes ao fogo e possibilidade de regeneração de bosque autóctone. A adequada implementação destas medidas exige a revisão ajustada dos critérios técnicos definidos pelo Decreto-Lei 124-2006, e sucessivas alterações, a articulação com outras entidades com responsabilidade na gestão do território e estimular o envolvimento das organizações da sociedade civil e cidadãos.



Gestão do arvoredo urbano e uso de pesticidas em áreas urbanas

7. Conversão das bermas e taludes de vias de comunicação em corredores ecológicos

Reforçando o já exposto no ponto anterior, acresce a necessária articulação com a IP – Infraestruturas de Portugal.

8. Programa de formação adequada e ajustada a uma abordagem mais natural na gestão do território

Dirigido aos técnicos e operacionais das autarquias, para o qual a Quercus pode apoiar/facilitar propondo como ponto de partida um [programa de formação](#).

9. Reforçar dinâmicas de doação e criação de viveiros de plantas autóctones

Reforçar dinâmicas existentes de doação de plantas autóctones e ampliar criação de viveiros nas autarquias, e alargar as dinâmicas dos existentes, com recolha de sementes de espécies autóctones localmente na natureza.

10. Programas de comunicação e sensibilização da população

Para a aceitação de alguma vegetação espontânea e estimular a sua participação através de ações concretas, como renaturalização de linhas de água, manutenção de alguns espaços verdes, projetos de adoção de caldeiras de árvores ou adoção de ruas...

Para facilitar a compreensão da abordagem mais natural e livre de pesticidas na gestão das áreas urbanas a Quercus produziu o vídeo [As Ameaças Silenciosas nas Nossas Localidades](#).



Floresta

Para além de algumas questões identificadas acima há que identificar questões mais específicas:

Identificação dos problemas

1. Monocultura, povoamentos contínuos e práticas que acentuam a erosão do solo e perda de biodiversidade

São três fatores combinados que ameaçam e aumentam o risco de incêndios incontroláveis, limitam a diversificação de outras fileiras florestais e condicionam a produtividade do território.

A ausência de política florestal coerente deixou o país à mercê de interesses económicos que condicionam perigosamente o desenvolvimento rural e do próprio país!

2. Os Planos Municipais de Defesa contra Incêndios e os Programas Regionais, de Ordenamento Florestal são muito deficientes e carecem de melhor fundamentação técnico-científica.

3. Funcionamento deficiente dos conselhos consultivos municipais para a floresta

Pela incapacidade de ação estratégica e condicionados por entidades governativas centrais e empresas públicas, como a IP – Infraestruturas de Portugal, orientadas para a perpetuação de más práticas de abate de árvores e desmatção indiscriminada.

Floresta

Medidas propostas pela Quercus

1. Mudança de práticas

Não mobilizar o solo, preservar sub-coberto, regenerar o bosque natural nas faixas de gestão de combustível e outras áreas.

2. Apoios à trituração dos sobrantes (que são essencialmente ramos) e maiores restrições a fogueiras e queimadas;

3. Revisão dos Planos Municipais de Defesa contra Incêndios e dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal melhorando os critérios técnicos.

- A mudança de práticas irão aumentar a produtividade florestal, para além de todos os serviços dos ecossistemas, como a conservação da água e dos nutrientes e a biodiversidade. Para facilitar a compreensão do problema e soluções preconizadas a Quercus produziu o vídeo [A Ameaça Silenciosa das Monoculturas florestais.](#)
- Mesmo sem uma responsabilidade direta na gestão de áreas florestais as autarquias têm o poder de influenciar as políticas públicas a nível nacional, assim como de procurar prestar o apoio possível, nomeadamente através de sensibilização e formação, os proprietários florestais do seu território.



Alimentação e Agricultura

Identificação dos problemas

1. A destruição da agricultura familiar e de proximidade

Nas últimas décadas tem causado inúmeros constrangimentos económicos e sociais, no entanto estão a surgir dinâmicas na sociedade que importa valorizar e potenciar de forma articulada ao nível do poder local.

2. A intensificação da agricultura

A intensificação da agricultura está a condicionar gravemente a saúde pública, o ambiente e o ordenamento do território.

3. Hábitos alimentares insustentáveis

Apesar de alguns programas de educação para uma alimentação saudável os hábitos alimentares são insustentáveis. Programas de alimentação escolar com alimentos biológicos são residuais no nosso país, contudo uma alimentação livre de pesticidas e equilibrada é essencial a um desenvolvimento das gerações mais novas.

4. Escassez de hortas

Apesar de haver cada vez mais hortas pedagógicas e hortas comunitárias urbanas ainda há um longo caminho para as generalizar.

Alimentação e Agricultura

Medidas propostas pela Quercus

1. Criação de Conselhos Municipais/Locais de Alimentação

Para facilitar a formulação e acompanhamento da implementação de políticas públicas locais alicerçadas numa visão agrossocioecológica. **Estes conselhos** são estruturas emergentes, mas já estão a ser implementados em Portugal. É possível conhecer algumas experiências no âmbito do debate organizado pelo ICS Food Hub, realizado dia 24/4/2021, integrado no PrimaveraE 2021 – Encontros por uma Primavera Agroecológica, disponível aqui: <https://www.facebook.com/105440491606527/videos/196409418738671>

2. Regulamentação do Estatuto da Agricultura Familiar

Não sendo da tutela direta das autarquias esta competência, podem contudo exercer a sua influência sendo igualmente importante o seu conhecimento do território e dos seus munícipes/fregueses.

3. Banco de terras municipal

Para facilitar acesso à terra para fins agrícolas, uma atitude proactiva de junção entre a procura e oferta.

4. Melhorar a implementação das hortas pedagógicas e hortas comunitárias

Como um ponto de partida para hábitos alimentares mais saudáveis baseados em alimentos vegetais sem pesticidas.

5. Melhorar as ementas escolares e outras cantinas públicas

Uma alimentação com redução de alimentos de origem animal é não só mais equilibrada como permite que o orçamento seja respeitado com a progressiva incorporação de alimentos biológicos. Boa comunicação com a comunidade escolar/utilizadores e programa de formação às(aos) cozinheiras(os) é fundamental para o sucesso desta medida.

Alimentação e Agricultura

Medidas propostas pela Quercus

6. Programa de educação alimentar

Baseada em vegetais, nas escolas e generalizado a toda a população, com o método pedagógico da exploração dos sentidos, desde o contacto com a terra, identificação alimentos silvestres e cultivo de alimentos à cozinha e degustação. Para melhor implementação deste desígnio será necessário articular a criação de uma rede de formadores/facilitares e outros recursos.

Recomenda-se a consulta do *e-book* **Alimentar Boas Práticas: da Produção ao Consumo Sustentável 2020** que compila 46 iniciativas que oferecem uma visão não exaustiva das ações, projetos e programas em curso em Portugal, Esta compilação foi o resultado de contributos de promotores privados, da administração central e local, do terceiro setor e da academia, o que se reflete na riqueza e variedade de iniciativas documentadas. Disponível para download no website da Quercus aqui: <https://quercus.pt/ebook-alimentar-boas-praticas>



Exploração de recursos minerais

Identificação dos problemas

1. Inexistência de cadastro em unidades de exploração

Não existe cadastro das unidades de exploração de recursos minerais cuja competência é exclusiva das Câmaras Municipais. Esta informação é importante para uma melhor avaliação dos impactos.

2. Situações de conflito

No caso de projetos licenciadas pela DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia, as Câmaras Municipais podem emitir parecer, e podem surgir situações de conflito em projetos classificados como sendo de “Interesse Nacional” sem que o mesmo seja efetivamente respeitado e na verdade ser uma forma de favorecer interesse privados.

3. Nova legislação e Royalties

Nova legislação que prevê maior redistribuição do pagamento das licenças de exploração (Royalties) pelos promotores às Câmaras Municipais pode dificultar a sua oposição nos casos em que efetivamente os danos sejam superiores aos alegados benefícios e não se verifique o Interesse Nacional.

Medidas propostas pela Quercus

1. Elaborar cadastro das unidades de exploração de recursos minerais da competência das Câmaras Municipais

2. Melhorar a análise estratégica de pedidos de exploração de recursos minerais

Energia e eficiência energética

Identificação dos problemas

1. Portugal é o quinto país europeu com maior pobreza energética

As famílias mais carenciadas continuam condicionadas no acesso aos programas de apoio para aquisição de equipamentos que lhes proporcione melhor conforto nas suas habitações, pelas suas dificuldades no acesso à informação sobre poupança e financiamentos disponíveis, ou na formalização de candidaturas, por exemplo.

2. Iliteracia e hábitos de consumo

Verifica-se uma iliteracia relativamente a hábitos de consumo energeticamente mais eficientes entre a população mais vulnerável (incluindo os seniores).

Medidas propostas pela Quercus

1. Melhorar a aplicação dos critérios ambientais na redução da despesa, consumo, emissões e alcance dos objetivos ambientais ao nível camarário.

2. Mais apoios às famílias mais carenciadas, identificadas pelas CM e JF, de ferramentas de combate à pobreza energética, entre as quais facilitar o seu acesso aos programas de apoio para aquisição de equipamentos.

3. Melhorar e ampliar programas de sensibilização e comunicação à população. Muitas vezes simples conselhos e mudança de hábitos podem melhorar o conforto das famílias sem necessidade de investimentos e gerando poupanças na economia familiar.



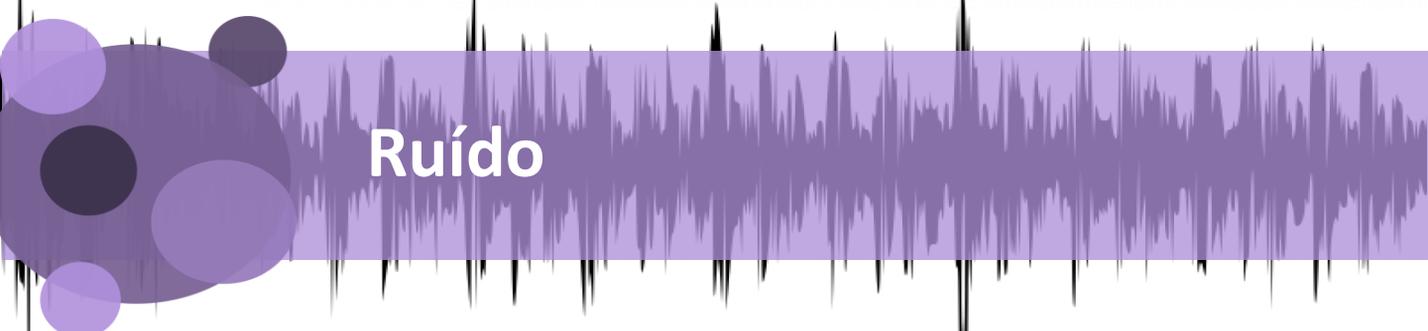
Resíduos

Medidas propostas pela Quercus

3. Melhorar aposta em novas tecnologias de recolha de resíduos como o PAYT ou a recolha porta-a-porta;

4. Assegurar respostas mais diversificadas para a recolha de todos os resíduos urbanos, pequenas quantidades de resíduos perigosos (tintas, vernizes, amianto), pequenas quantidades de resíduos de obras, biorresíduos, têxteis, agulhas, entre outros;

5. Reforçar a sensibilização e informação à população sobre os destinos para a entrega dos resíduos.



Ruído

Identificação dos problemas

1. Os cidadãos apresentam queixas devido às incomodidades pelo ruído muitas vezes quando a situação se torna insustentável. Há desconhecimentos dos riscos para a saúde pública causados pelo ruído excessivo.
2. As Câmaras Municipais são as entidades oficiais em que os cidadãos recorrem em primeiro lugar para apresentar queixa por ruído excessivo
3. Não existe mapeamento ou informação sistematizada sobre o nível de incomodidade causada pelo ruído

Medidas propostas pela Quercus

1. Melhorar a sensibilização e comunicação à população



Educação

Breve enquadramento e identificação de constrangimentos e oportunidades

O atual sistema de ensino apresenta vários constrangimentos, nomeadamente falta de atividades e aulas ao ar livre e mais dinâmicas num modelo de educação integral, transversal multidisciplinar, nomeadamente aplicação prática dos princípios da educação ambiental, da educação para a cidadania e o desenvolvimento. Apesar deste modelo educativo estar previsto em diversos documentos estratégicos, há problemas na sua aplicação devido às dificuldades dos professores por falta de disponibilidade, falta de comunicação com as entidades oficiais do ministério da educação e deficiências na formação de professores em algumas temáticas. A estas carências acresce as necessidades de reforço nas áreas de apoio emocional, como psicologia, Mindfulness e outros.

Por outro lado, existe uma grande diferença entre municípios, uns com excelentes estratégias educativas e outros quase inexistente, essa situação poderá ser um problema com maior risco de fragmentação dos conteúdos.

Perante a incapacidade de mudar o atual sistema de ensino, cada vez mais pais e encarregados de educação têm procurado projetos de educação alternativos com pedagogias de “escola na floresta” por exemplo. O MEL – Movimento pela Educação Livre registou um aumento em cerca de 4 vezes em 2020 no pedido de informações, facto a que o confinamento pela pandemia COVID-19 veio agravar as condições do ensino oficial já em si próprio demasiado confinado ao contexto de aprendizagens em sala de aula.

Com maior transferência de competências do Ministérios da Educação para as autarquias locais surge uma oportunidade de maior proximidade a tomada de decisão. Começando pela sensibilização, e pequenas medidas regulares, mas que possam ter impacto, como um dia de alimentação local e sazonal, irá abrindo caminho a maior capacidade de organização da sociedade, para a concretização do grande objetivo que é: melhorar a qualidade do ensino.

Medidas propostas pela Quercus

1. Melhorar a formação de professores e pessoal não docente;

2. Mapeamento de recursos existentes para facilitar partilha de saberes e dinâmicas

Poluição Eletromagnética e Tecnologia 5G sem fios (wireless)

Os impactos das radiações eletromagnéticas na saúde pública e no ambiente são cada vez mais reconhecidos cientificamente, não obstante assiste-se a uma intensificação do uso de tecnologias sem fios e consequentemente a um aumento da exposição a estas radiações. Com a preparação e anúncio do avanço da tecnologia 5G sem fios (Wireless) intensificou-se uma mobilização da comunidade científica e da sociedade civil exigindo que o Princípio da Precaução seja respeitado, de que se destacam os seguintes apelos:

- APELO INTERNACIONAL DE CIENTISTAS EMFⁱ, em 2015 <https://emfscientist.org/>
- APELO DE CIENTISTAS INTERNACIONAIS PARA UMA MORATÓRIA AO 5G, em 2017, <http://www.5gappeal.eu/>
- APELO INTERNACIONAL: STOP 5G ON EARTH AND IN SPACE, em 2019) <https://www.5gspaceappeal.org/the-appeal>

Sensíveis à contestação e aos alertas da comunidade científica fez com que alguns governos locais suspendessem ou aprovassem moratórias à instalação do 5G sem fios nos seus territórios, cuja lista pode ser consultada aqui: Lista de cidades, estados, países e regiões, que inclui, entre muitos outros: Alemanha, Austrália, Bélgica, Chipre, França, Holanda, Irlanda, Itália, e Reino Unido.

Em Portugal, também assistimos à promoção do avanço da rede 5G sem fios apontada como uma necessidade para uma era que se pretende mais digital. Neste processo as autarquias locais têm um papel fundamental para a instalação das necessárias infraestruturas, pelo que a ANACOM realizou diversos webinars em dezembro de 2020, mas sem um debate sobre as reais utilizações desta tecnologia e os seus impactos.

ⁱEMF: electro-magnetic fields – Campos Eletro-magnéticos

Proposta da Quercus

I. Realizar sessões de esclarecimento /debate

Que permitam compreender melhor algumas questões técnicas e refletir sobre possíveis caminhos nesta era digital, para apoiar decisões e um posicionamento mais ponderado pelas autarquias e promover mais informação à sociedade em geral.

ASPETOS TRANSVERSAIS: Alterações climáticas, saúde e ambiente

Identificação dos problemas

- 1. Falta de coerência entre políticas sectoriais**
- 2. Parcialidade na análise e planeamento de políticas, em vez de uma avaliação mais integradora e abrangente**
- 3. A inclusão de critérios ambientais** em mais de 50% dos procedimentos públicos de bens e serviços é um dos objetivos da Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas 2020. No entanto, a realidade ainda está longe destas metas e as Câmaras Municipais, por exemplo, não estão a beneficiar das vantagens ambientais e económicas que a aplicação destes critérios possibilita.

Medidas propostas pela Quercus

I. Integrar todos os setores nos planos de adaptação e mitigação às alterações climáticas

Nomeadamente ao nível da gestão do arvoredo urbano, floresta, agropecuária e alimentação.

A este propósito convém destacar a Declaração de Glasgow lançada oficialmente no dia 14 de dezembro de 2020 que desafia os governos locais, e nacionais, a assumir o compromisso para enfrentarem a emergência climática através de políticas alimentares integradas, ligando assim alimentação e clima.

Não será demais reforçar a importância do abandono dos herbicidas, e outros pesticidas, e a promoção da biodiversidade, como medidas estruturais e transversais. Sem consciência na relação com a Natureza será impossível uma efetiva regeneração do território e da saúde pública. Na verdade, há Uma Só Saúde – One Health.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia deveria estimular a promoção da saúde pública de forma estrutural e integral, e nesse sentido crescem ainda outras áreas em que o poder local terá de tomar posições e políticas públicas locais, como restrições à instalação da tecnologia 5G sem fios (wireless), gestão criteriosa e respeitadora do arvoredo urbano, das faixas de gestão de combustível, das Soluções Baseadas na Natureza (integrando a infraestrutura verde na infraestrutura cinzenta) ou ainda pela criação de matas municipais que recriem o bosque natural há muito perdido!

Para além de refletirem na ação local as políticas públicas de âmbito nacional e internacional, as autarquias locais têm autonomia e capacidade de liderar nos processos de mudança. Esta capacidade de liderança e transformadora das autarquias locais é incentivada por diversos mecanismos de adesão voluntários, como a já citada Declaração de Glasgow e muito outros, como o Manifesto Autarquia sem Glifosato/Herbicidas, o Compromisso de adesão à da Rede Europeia de Localidades sem Pesticidas, o Pacto dos Autarcas, a Declaração de Milão ou a criação de Biorregiões.

Lisboa, 19 de abril de 2021





MEMORANDO PARA O PODER LOCAL

Temas e Medidas propostas pela Quercus ANCN

abril de 2021